

013

CRIMINALIDADE, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS - 2 SUB SESSÃO

SESSÕES TEMÁTICAS



AS GRADES QUE PROTEGEM TAMBÉM ENCARCERAM: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA URBANA NAS CIDADES

Bárbara Bruna Araújo Bezerra (UFRN)

RESUMO

O presente trabalho visa discutir de que modo a violência urbana atua nas cidades, assim como as cidades contribuem para a violência. Serão abordados conceitos como o de cultura da violência e indústria do medo. Além disso, o artigo também tratará sobre a atuação do Estado em tentar combater a violência, principalmente no que se refere a construção de determinados equipamentos públicos, criados para tentar solucionar a problemática da violência, mas que trazem consequências para os que vivem próximos a eles. Mais especificamente, trata-se de analisar os impactos da construção do presídio de Alcaçuz, localizado no município de Nísia Floresta, para os moradores da Comunidade de Hortigranjeira, que são os vizinhos da prisão.

Palavras-Chave: Violência Urbana. Cidades. Medo. Prisão.

INTRODUÇÃO

A violência urbana é vista como um dos maiores problemas das grandes cidades. Nas últimas décadas vem alcançando proporções sociais, econômicas e políticas, tornando-se assunto no âmbito acadêmico, nas agendas de governo, na mídia e no dia a dia da população.

Dessa forma, entende-se como relevante discutir a temática para compreender suas causas, especificidades e consequências, afim de que não se caia em generalizações, como também em armadilhas impostas por quem fomenta (in) diretamente a violência urbana e lucra com ela.

Uma vez que a violência urbana atua nas cidades – ainda que se estenda para áreas rurais ou comunidades afastadas –, é imprescindível falar da urbe. Desse modo, ela não será tratada nesse artigo apenas como algo físico, concreto e com limites espaciais, pois também são formadas por pessoas, relações, fluxos e contradições. Veremos mais adiante que o seu crescimento, juntamente com o processo de urbanização, trouxe mudanças significativas na organização das cidades, bem como no modo de vida das pessoas.

Ademais, será discutido o papel e atuação do Estado – socialmente e penalmente em razão de no Brasil ser adotada uma política intervencionista nas questões sociais, assim como por ser atribuição estatal a questão de segurança pública.

A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA URBANA E CIDADE

Algumas cidades brasileiras, como São Paulo, no período de industrialização, se modificaram para atender as necessidades da indústria e seguiram as mesmas leis econômicas que regiam a produção. O espaço urbano passou a ser desenhado conforme as demandas impostas ao Estado para atender a produção industrial, como também àqueles que tinham dinheiro e poder.

Por consequência, a urbanização ocorreu de forma desorganizada, visto que as cidades foram recebendo maior contingente de pessoas buscando trabalho nas indústrias oriundas principalmente do meio rural; o mercado imobiliário tomou para si o domínio de estabelecer as melhores localizações e o valor dos espaços; e quem não tinha condições de residir nas áreas privilegiadas se viu obrigada a buscar moradia em cortiços ou em periferias, por meio de apropriações desordenadas, onde as condições eram precárias. Conforme Telles (2010):

A virada dos tempos está cifrada nas inflexões e nas circunstâncias de vida dos que, tendo chegado a São Paulo nos anos de 1970 ou no início dos 1980, fizeram um percurso pelos empregos fabris, chegaram às então distantes e desoladas periferias da cidade, realizaram o “sonho da casa própria” pelas vias da autoconstrução da moradia, se viram às voltas com loteamentos clandestinos e se envolveram nas lutas sociais do período. Ou então se instalaram precariamente no que haveria de se transformar, vinte anos depois, em uma grande favela, na qual, e como contraponto da épica dos movimentos sociais, o clientelismo velho de guerra se faz presente e operante nas dobras e redobras dos vários ilegalismos de que é feito o mundo social. (TELLES, 2010, p. 121)

É possível perceber que desde então o direito à cidade e o acesso aos serviços públicos já eram destinados a poucas pessoas, ocasionando o aumento no número de conflitos e contradições, que se intensificam frente à fragmentação da comunidade e também pelos tipos de relações entre as pessoas. A tendência de segregar o que é diferente se intensifica, bem como se aproximar e fechar-se no grupo semelhante, eliminando a capacidade de experimentar novas relações.

Uma vez que as cidades são formadas por pessoas, sendo estas formadas por experiências, personalidades, opiniões e costumes diferentes, é possível imaginar como tais comportamentos e relações contribuem para o crescimento da violência urbana. Para Park (2000):

A cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra. (PARK, 2000, p.3)

Devido a violência ser um fenômeno global, que atinge as pessoas de formas diferentes, a compreensão acerca dela é bastante ampla e variada. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2002, divulgou o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, onde definiu a violência da seguinte forma:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p.5).

Mais especificamente sobre a violência urbana, Schachter (2014) pontua:

A violência urbana se refere tanto aos fenômenos que acontecem na cidade quanto aqueles gerados pela cidade, a partir de seus processos violentos, vinculados às formas de produção do espaço urbano e suas consequências físicas, sociais e culturais. (SCHACHTER, 2014)

A violência pode ser vista como uma relação social, como uma forma de expressão – ainda que errada – de uma situação, evento ou conflito que ocorre na cidade. Para Schachter (2014), as causas da violência partem da degradação das condições de uma vida comunitária, que levam ao individualismo, à marginalização, ao isolamento, à desconfiança e à agressividade.

Diante esses elementos, a população inclina-se a seguir a tendência de resolver as tensões e conflitos através do uso da força, da agressão física e verbal, de métodos violentos que vão se transformando numa maneira de se relacionar individual e coletivamente. Acerca disso vale mencionar o desejo de parte da população brasileira de possuir uma arma de fogo, por acreditar que poderá se defender desse modo; os casos de linchamentos públicos; e o antigo discurso, porém sempre atual, de que bandido bom é bandido morto. A sociedade atribui a uma parcela da população a responsabilidade por aquilo que é resultado de um processo alimentador da desigualdade social (Maricato, 2000).

As proporções que a violência urbana e a insegurança ganharam são tão grandes que despertaram na sociedade o que se pode chamar de cultura da violência. Isso significa uma banalização da violência através da mídia, que também utiliza de abordagens questionáveis ao tratar de assuntos como roubos, assaltos, homicídios, prisões etc. De forma geral, jornais, revistas, programas na TV e redes sociais são alguns dos veículos que a mídia utiliza para atualizar a população acerca da violência pelo mundo. Conforme Maricato (2000):

É evidente que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, tem um papel especial na dissimulação da realidade do ambiente construído e na construção da sua representação, destacando os espaços de distinção. É evidente também que a representação ideológica é um instrumento de poder- dar aparência de “natural” e “geral” a um ponto de vista parcial, que nas cidades estão associado aos expedientes de valorização imobiliária. A representação da cidade encobre a realidade científica. (MARICATO, 2000, p. 165)

O sensacionalismo usado aumenta a curiosidade do telespectador ao mesmo tempo que cresce a ansiedade, medo e insegurança dele, refletindo em seu comportamento e rotina diária, que também afeta a própria cidade. Algumas áreas da cidade, por exemplo, tornam-se desertas dependendo do horário e do dia devido a repercussão de que são perigosas.

Quando se trata de uma “limpeza urbana”, a violência e o medo são usados como recursos, pois uma sociedade repleta de preconceitos contribui para o ódio, além de justificar qualquer ação opressora, repressiva e punitivista. As periferias, favelas e bairros pobres são tidos como ambiente marginalizado que reúnem criminosos, onde a violência se instala e se organiza para “descer o morro”, justificando assim a segregação deste lugar para com as outras áreas da cidade. Essa segregação não é somente e necessariamente física, como uma fronteira, ela também é moral, pois a ideia de que essas pessoas não são iguais aos demais não permite enxergá-las como sujeitos de direitos.

Caldeira (2000) utiliza o termo “fala do crime” para retratar a presença do crime no cotidiano das pessoas, não necessariamente dele ocorrer, mas de falar sobre ele. Conforme a autora, ela também é responsável pela propagação de preconceitos como os citados no parágrafo acima:

A fala do crime promove uma reorganização simbólica de um universo que foi perturbado tanto pelo crescimento do crime quanto por uma série de processos que vêm afetando profundamente a sociedade brasileira nas últimas décadas. A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. (CALDEIRA, 2000, p.10)

Quando essas pessoas adentram as áreas que supostamente não as pertencem, elas passam a ser controladas e vigiadas. Não é incomum observar um vendedor de loja sempre próximo a alguém negro; pessoas com receio de um grupo de adolescentes “malvestidos”; ou policiais fazendo baculejo sempre no mesmo perfil de pessoas. Outrossim, pensar que a violência é um fenômeno oriundo dessas pessoas ou daquelas que vivem na pobreza, ou que são essas pessoas responsáveis pela violência, é superficial e preconceituoso, além de criminalizar ainda mais essa parcela da população.

Salienta-se que essas pessoas costumam ser vistas como segregadas pela imposição do sistema capitalista, assim como pela dinâmica das grandes cidades, o que não corresponde dizer que elas se sentem assim. Whyte (1943) mostra que a classe média branca costuma ver como caóticas determinadas áreas da cidade, mas quem está dentro delas as vê, do seu modo, como integrada e organizada. Não que as pessoas não vejam os problemas de suas comunidades (falta de estrutura, serviços básicos e violência), mas até mesmo as formas como elas se relacionam pode contribuir para essa percepção do lugar. É comum o surgimento de grupos nesses locais que visem uma função social – conselho de moradores, associações, ONGS, etc.

Diante desse panorama que vem sendo discutido, se instaura também a Indústria do Medo, a qual consiste na utilização da sensação de insegurança para alavancar as vendas de câmeras de segurança, cerca elétrica, alarmes, carros blindados, armas e serviços de segurança privada. Além disso, os imóveis aderem à “arquitetura do medo”, onde muros altos são erguidos, possuem equipamentos eletrônicos de vigilância e grades nas janelas e portas.

A procura por condomínios fechados cresce, pois, além de oferecer esses elementos que supostamente garantem a segurança, apenas os seus semelhantes estão próximos. Claro que o acesso a esses itens tem um custo, o qual é elevado, ou seja, as pessoas que não dispõem desses recursos dependem unicamente da segurança provida pelo Estado.

As relações também começam a se limitar ao mundo virtual tanto pela velocidade das atividades diárias quanto por ser mais seguro, afinal não precisa encontrar pessoalmente o seu interlocutor. E, quando feito o encontro, frequentemente se procura locais privados, pois dentro da lógica do medo o espaço público é considerado um lugar que favorece a violência.

Dessa forma, as cidades cada vez mais se tornam domésticas, isto é, as pessoas procuram realizar o máximo possível de suas atividades em casa. Crescem as ofertas de delivery, com a entrega de comida, de remédios ou de compras; aumentam os serviços prestados em casa, como os de salão de beleza; aumentam o número de pessoas que aderem ao homework. Além disso, as cidades vão tornando-se privadas, onde só se beneficia dos serviços e espaços quem pode pagar por isso. Caldeira (2000) denomina como enclaves fortificados os espaços privatizados, fechados e monitorados. São os shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais ou condomínios residenciais.

Os enclaves fortificados atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os marginais, os sem-teto. Por serem espaço fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. (CALDEIRA, 2000, p. 11)

A ATUAÇÃO DO ESTADO NA (IN) SEGURANÇA PÚBLICA

Ao pensar o Estado moderno e sua organização, Weber (1997) mostrou que essa instituição é possuidora de uma autoridade sobre os cidadãos, além de controlar as atitudes sucedidas em seu território. No espaço controlado, o Estado reivindica para si um elemento fundamental para sua conservação: o monopólio do uso da força e da violência, considerado legítimo na medida em que necessário para a manutenção da ordem.

O Estado, em sua tentativa de conter a violência urbana, adota uma política de encarceramento em massa, isto é, prende mais pessoas. A quantidade de pessoas presas no Brasil não é compatível com o número de vagas no sistema prisional e, mais que isso, o número de homicídios, chamada no popular de “morte matada” (Telles, 2010), por exemplo, continua crescendo no meio urbano. Salienta-se que essa política de encarceramento não é eficaz na redução da violência, no entanto ela funciona bem quando se trata de prender alguns dos grupos mais vulneráveis da sociedade: negros, pobres, com baixa escolaridade, moradores de periferias.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há um déficit de 354 mil vagas no sistema carcerário, e se forem considerados os mandados de prisão em aberto (373.991) a população carcerária chegaria a mais de 1 milhão de pessoas. Já os dados divulgados pela Anistia Internacional, em 2015, colocaram o Brasil no topo dos países mais violentos do mundo, pois são pelo menos 130 homicídios por dia. O relatório mostra que a sensação de impunidade é um incentivador, visto que 85% dos homicídios não são solucionados, além de citar como os principais fatores para a crise no Brasil a violência policial, a falência do sistema prisional e os registros de tortura.

Entre alguns dos tipos de violências relacionados à urbe estão: o homicídio, os furtos e roubos a pessoas e propriedades, as lesões corporais graves, as injúrias, entre outros. O nível de violência em determinado local é medido através da taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes, por exemplo, a cidade de Los Cabos, no México, é a cidade mais violenta do mundo, em razão de sua taxa de homicídio ser muito alta proporcionalmente à sua quantidade de habitantes – 111,33 homicídios por 100 mil habitantes, em 2017.

Seguindo a lógica do pensamento punitivista, a solução para a superlotação dos presídios é a construção de novas prisões, a qual deve ser feita afastada dos centros urbanos. Tal especificação é dada pela Lei nº 7.210, denominada Lei de Execução Penal, em seu Art. 90: “a penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano, em uma distância que não restrinja a visitação”. (BRASIL, 1984)

Conforme Mirabete (1996), esse afastamento ocorre principalmente por questões de segurança, uma vez que, na possibilidade de rebeliões e fugas, a comunidade precisa estar em repleta segurança, porém a localização do estabelecimento não deve restringir a visitação aos presos, a qual é fundamental no processo de reinserção social. Entretanto, o Estado é omissivo na lei quanto a construção desses estabelecimentos próximos a periferias ou comunidades.

A COMUNIDADE DE HORTIGRANJEIRA E A PENITENCIÁRIA DE ALÇAÇUZ

Em 1980, a cidade de Natal vivenciava um sério problema de abastecimento de produtos alimentícios. A produção do interior do estado não era suficiente para a demanda da capital, com cerca de 85% dos legumes vendidos nas feiras da cidade provenientes de outros estados brasileiros. Nesse contexto, o Governo Lavoisier Maia elaborou o projeto da Cidade Hortigranjeira no distrito de Alçaçuz, município de Nísia Floresta.

A ideia era fomentar a produção local, assim como forçar a diminuição do preço dos alimentos comercializados nas feiras, visto que a proximidade com a cidade possibilitaria uma relação direta entre os produtores e vendedores.

A Comunidade, que até então estava relativamente isolada, pacífica e voltada para a agricultura, teve a sua rotina alterada com a decisão do Governo do Estado de construir uma penitenciária naquela área. A Penitenciária Dr. Francisco Nogueira Fernandes, vulgo Penitenciária Estadual de Alcaçuz, está localizada no município de Nísia Floresta, e foi inaugurada em 26 de março de 1998. Atualmente, é a maior e mais populosa penitenciária estadual masculina do Rio Grande do Norte.

De fato, Alcaçuz está afastada de Natal e do centro urbano de Nísia, no entanto está muito próxima do centro de Pium (3,9km) – distrito do município de Parnamirim. Como Pium ainda era pouco povoado na década de 1990, talvez por isso se optou pela construção da penitenciária próxima do local, entretanto destaca-se a importância de pensar na possibilidade de expansão das comunidades, distritos ou cidades, ainda mais naquela região, que na época já tinha um potencial turístico com as praias do litoral sul de Natal, com lagoas próximas, bem como hotéis e resorts que se instalaram com o passar dos anos. Por não mencionar sobre a construção de penitenciárias próximas a comunidades, povoados ou periferias, a Lei de Execução Penal dá margem para diferentes interpretações, assim como para arbitrariedades.

Se olharmos a construção de Alcaçuz – assim como a de outras prisões – sob a perspectiva do governo, ela foi construída para suprir a demanda de vagas do sistema prisional, garantindo assim a segurança da sociedade ao encarcerar os “marginais”. Além disso, havia uma crença, por parte do governo e da opinião pública, de que a nova penitenciária poderia colocar fim à violência urbana e aos problemas do cárcere. Para grande parcela da sociedade, a nova prisão significava retirar das ruas as pessoas indesejadas e transgressoras das leis, assim como mandá-las para longe, não importando muito as condições em que estivessem.

É como se os problemas deixassem de existir ao se retirar os infratores das ruas e colocar a penitenciária fora da cidade. No entanto, quando os apenados de Alcaçuz estão em rebelião o temor chega à cidade, pois as pessoas têm medo de fugas, roubos, depredação de bens públicos e privados, etc.

Quanto para os familiares dos presos, a nova penitenciária significava incertezas, pois havia o medo do parente ser transferido e mandado para muito longe, dificultando as visitas e as notícias. Já para os presos, também havia o medo de perder a frequente visita da família, assim como do que poderiam encontrar na nova prisão.

Durante alguns meses, Alcaçuz funcionou sob controle, sem superlotação, problemas estruturais, insuficiência de agentes, ou com serviços sendo prestados dentro da penitenciária, conforme garantiu Ígor Pipolo, o primeiro diretor da instituição:

Alcaçuz foi concebida em momento interessante. O governo tinha intenção de acabar com o antigo Caldeirão do Diabo, como era conhecida a João Chaves. Com isso, foi criada toda uma estrutura para suportar esse novo modelo penitenciário. Na verdade, Alcaçuz teve sua construção não só na parte física, mas também na parte conceitual, na parte de infraestrutura. Eu lembro que na época um grande avanço foi uma parceria com a UFRN, que disponibilizava profissionais para fazer controle interno da evolução dos presos. Funcionava como uma comissão disciplinar com advogados, assistente social, psiquiatra e psicólogo. Então, a gente conseguia acompanhar e dar condição digna de moradia. (PORTAL BO, 2011)

Ainda sobre a construção de Alcaçuz, a sua ideia ganhou forma a partir de um projeto de conclusão de curso de duas arquitetas – Lavinia Negreiros e Rosanne Azevedo de Albuquerque. A apresentação do trabalho contou com a presença de um arquiteto ligado ao governo, que gostou da ideia e levou adiante. No entanto, houve muita diferença entre teoria e prática e, segundo elas, o local da prisão não deveria ser o que foi escolhido, principalmente por ser uma área de dunas. A ideia original era que a penitenciária fosse construída em Macaíba, em um terreno privado.

Em 2011, devido à superlotação de presos e diversas fugas, foi inaugurado o 5º pavilhão de Alcaçuz chamado de Rogerinho Coutinho Madruga. Salienta-se que esse pavilhão tem uma direção diferente dos demais.

Quando um local recebe uma Instituição como a prisão ele também recebe a sua conjuntura, tais como: fiscalização do Estado no entorno da edificação, circulação de visitantes, visibilidade pela mídia, investimentos públicos, influxos de comunicação e transportes, e a presença dos familiares dos presos. Quanto a estes, essa presença pode ser apenas nos dias de visita ou de forma contínua – quando os parentes moram no lugar. Frisa-se que mesmo quando a moradia no local é estabelecida ela também pode ser vista como temporária, uma vez que a família pode permanecer na comunidade apenas durante o cumprimento da pena pelo seu parente.

É comum alguns familiares se mudarem para as proximidades da penitenciária com o intuito de manter a família mais próxima; para economizarem nos gastos com os deslocamentos das visitas – principalmente os que moravam no interior do estado; ou por estarem envolvidos com alguma facção criminosa. Salienta-se que algumas relações podem ocorrer de forma opressora, com ameaças e manipulações do apenado ao parente para que as visitas continuem, e os produtos e informações cheguem até ele.

Em conversa com moradores mais antigos da comunidade de Hortigranjeira foi mencionado que há casas “novas” no local e que elas são de “gente de fora”, podendo ser, ao que tudo indica, de pessoas que se mudaram devido a relação com algum preso.

Quanto à presença contínua do Estado na sua forma ostensiva – os policiais –, alguns moradores gostam, pois segundo eles isso torna a comunidade mais segura. Essa presença se estende a eles com a observação do entorno da prisão através das guaritas; pela circulação de viaturas; ou quando ocorrem fugas e os policiais fazem buscas pelas ruas da comunidade. Ainda sobre essas intervenções, um fato que chamou atenção foi o da instalação dos bloqueadores de celulares em Alcaçuz, pois os moradores também ficaram sem comunicação por aproximadamente um mês – o que foi bastante criticado por eles. O sinal das operadoras só foi restabelecido quando a energia dos bloqueadores foi cortada.

A segurança propiciada pela vigilância constante também é relativa. Em 2008 um jovem de Hortigranjeira foi morto em uma ação policial que procurava por assaltantes. Tendo em vista que o presídio já foi alvo de várias fugas, o espaço da comunidade passa a ser visto como rota de fuga ou esconderijo temporário. Assim sendo, os moradores passam a condição de suspeitos.

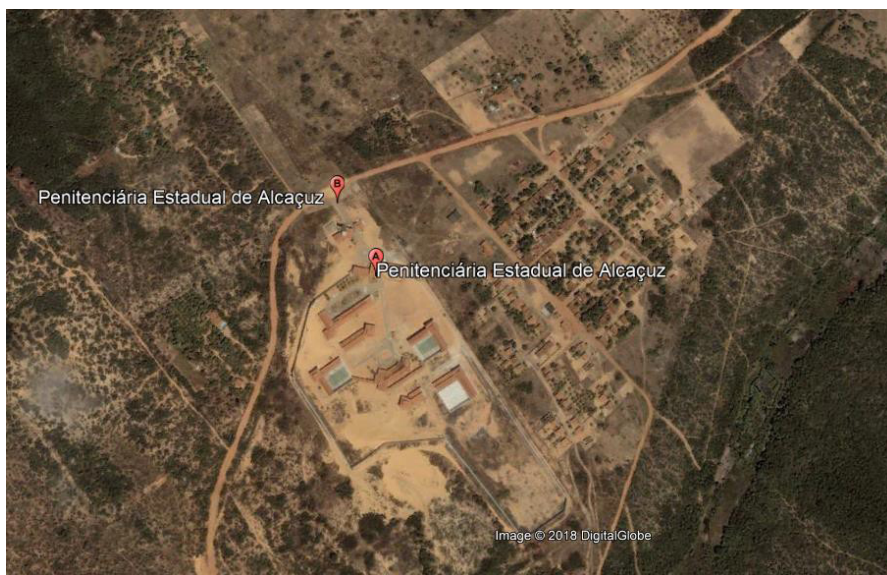
Casos como esse ilustram bem como os problemas da cidade se expandem para as áreas mais afastadas, pois até mesmo pelo crescimento de Nísia Floresta, de Pium e das praias próximas a comunidade, novos costumes, trabalhos, rotinas e relações entre as pessoas foram transformados. Em visita à Hortigranjeira foram percebidas construções residenciais heterôgenas, com casas de diferentes tamanhos e estruturas (algumas com muros mais baixos, portão eletrônico ou cerca elétrica); um fluxo de carros (provavelmente com turistas) em direção às lagoas da região; um templo (Siddha Ashram do Brasil) para meditação, yoga e outras práticas espirituais; o uso de celulares; jovens pilotando motos; entre outros elementos.

Seja dentro ou fora dos muros, o comércio informal também está entre as muitas coisas geradas por uma prisão. Próximo aos portões de Alcaçuz há estruturas improvisadas de barracas e lonas que são usadas nos dias de visita para venda de comidas e produtos; também se observou muitos mercadinhos, que além de servirem aos moradores da comunidade servem aos visitantes do presídio; além da existência de casas ou quartos que são locados para os familiares visitantes – sendo uma espécie de Airbnb¹. Necessário mencionar também que antigos moradores de Hortigranjeira mudaram para as cidades próximas, seja por não se identificarem com o cotidiano da comunidade, para trabalharem ou estudarem na cidade, ou por outras oportunidades encontradas. Em conversa com um dos colonos mais antigos de Hortigranjeira ele mencionou que os filhos não quiseram dar continuidade a agricultura, e uma tornou-se professora e o outro policial.

Em outro diálogo, com um casal de moradores que chegaram na comunidade por volta de 1986, ambos afirmaram que muitos dos filhos dos colonos não gostam de cuidar das terras e deixam de lado a atividade, além de que a falta de investimento do Governo, assim como a ausência de condições para manter a atividade, enfraqueceram a organização e atuação da associação que foi formada por eles há muitos anos. Nesse sentido, é interessante perceber que mesmo com a saída dos mais jovens a comunidade tem crescido, como podemos perceber nas figuras a seguir.

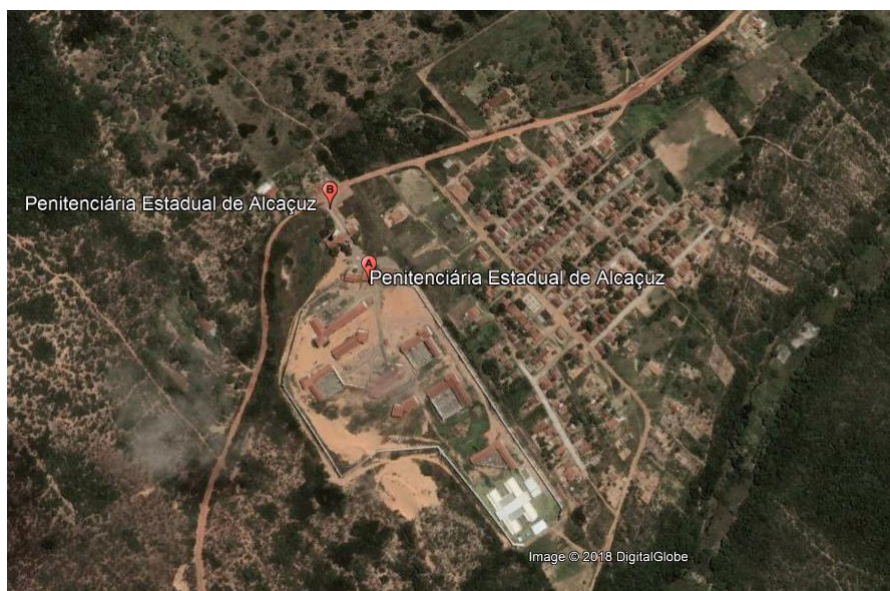
¹ Plataforma online de aluguel de hospedagem em todo o mundo, em que se consegue alugar, por diária, uma casa/apartamento completo ou apenas um quarto.

Figura 1 – Foto de satélite da Penitenciária Estadual de Alcaçuz e da Comunidade de Hortigranjeira em 2002.



Fonte: Google Earth Pro/Elaboração dos autores (2018).

Figura 2 – Foto de satélite da Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em 2011, após a inauguração do 5º pavilhão.



Fonte: Google Earth Pro/Elaboração dos autores (2018).

Figura 3 – Foto de satélite da Penitenciária Estadual de Alcaçuz e da Comunidade de Hortigranjeira em 2018.



Fonte: Google Earth Pro/Elaboração dos autores (2018).

Ressalta-se que Hortigranjeira é uma comunidade pacata, com poucas ruas pavimentadas, onde as pessoas circulam majoritariamente a pé, e os animais andam livremente, porém nos dias em que a penitenciária está “virada”, isto é, em rebelião, a comunidade ouve os gritos, tiros, bombas etc. Foi isso que ocorreu em janeiro de 2017, quando aconteceu a pior rebelião que Alcaçuz vivenciou. Os familiares dos presos, principalmente as mulheres, foram para frente da prisão pedir por notícias, protestar contra o descaso à situação que seus companheiros já vinham enfrentando, e gritar por socorro, sofrendo repressão desproporcional por parte das forças de segurança pública.

A comunidade de Hortigranjeira, que está separada dos apenados apenas por um muro, viu sua tranquilidade se esvaír durante os longos dias da rebelião, assim como os que a sucederam. Quem também sofreu com a rebelião e com a repercussão foi o turismo da região, principalmente o da Lagoa de Alcaçuz. Conforme uma entrevista realizada pelo jornal Tribuna do Norte (2017) com o guia turístico Lucas Vinicius, antes da rebelião cerca de trinta quadriciclos eram alugados para o passeio na lagoa de Alcaçuz, mas depois de poucos dias do ocorrido somente oito quadriciclos conseguiam ser alocados. De acordo com o guia “as pessoas quando ouvem esse nome [Alcaçuz] se assustam e não querem vir aqui. Os turistas não queriam ficar aqui, catavam as coisas e só queriam ir embora.” (TRIBUNA DO NORTE, 2017)

Como já mencionado antes, esses são alguns dos problemas em construir uma penitenciária próxima de comunidades, assim como de locais com potencial turístico. Alcaçuz, assim como tantas outras prisões pelo Brasil, tem o agravante da ausência de comunicação do governo com os moradores. Segundo um dos primeiros moradores do assentamento, as autoridades não consultaram a opinião deles sobre a construção, nem mesmo mostraram alternativas para compensá-los.

O que se observa dessa construção de prisões afastadas do meio urbano é que a cidade se nega em lidar com seus problemas. As penitenciárias são colocadas em localidades afastadas visando muito mais do que assegurar os moradores da cidade, procura-se também tirar de circulação aquilo que não lhe interessa economicamente, socialmente e politicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou discutir sobre a violência urbana por considerá-la um assunto extremamente relevante para a sociedade brasileira, tendo em vista que a continua sendo um dos grandes problemas do país.

O crescimento das cidades e a ocupação dos seus espaços desencadearam em uma densa desigualdade social, a qual é deveras responsável pela problemática da violência urbana. No entanto, não se pode atribuir somente a isso a manutenção desse grave problema. A mudança no modo de vida das pessoas e na forma delas se relacionarem também contribuem em maior ou menor grau para o aumento dos conflitos nas cidades.

A sociedade vive cada vez mais em busca de se aperfeiçoar, acumular riquezas e atingir um status ou estilo de vida, porém as relações tornam-se objetivas e superficiais, algumas sendo estabelecidas apenas por interesses. Os indivíduos buscam cada vez mais diferenciar-se dos outros, mas estão cada vez mais iguais.

Ademais, a seletividade penal do Estado, assim como a da mídia, só ocasiona mais fragmentações sociais, alimentando uma visão generalista e preconceituosa de que a violência urbana é causada por determinados grupos, os quais devem ser excluídos da urbe.

A marginalização da população pobre, assim como de alguns grupos por sua etnia, moradia ou fisionomia consta como alguns dos obstáculos a serem enfrentados, pois em nossa sociedade as condições econômicas se tornaram quase que determinantes para estabelecer quem detém direitos ou não, quem é cidadão de bem ou marginalizado. Por tudo que foi posto até aqui, também é possível perceber que os Direitos Humanos foram e são constantemente violados no Brasil.

Acesso à educação e saúde são vistos como privilégios de pouco; lazer e segurança se mostram disponíveis apenas àqueles que possuem recurso para financiá-los e mantê-los; já a questão habitacional também é um problema aparentemente sem solução, pois o mercado imobiliário cada vez mais se apossa do espaço urbano, tornando difícil o acesso a uma moradia própria e digna; paralelamente ocorre a ocupação do solo de forma inadequada sendo ainda mais difícil atingir um modelo de desenvolvimento sustentável.

Ademais, a negligência do Estado quanto a construção ou manutenção de prisões próximas a comunidades ou bairros periféricos só demonstra a não importância dada a essa parcela da população, que tem sua rotina alterada pela presença do estabelecimento penal, assim como recebe um novo juízo de valor do restante da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília, DF, julho 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo** / Teresa Pires do Rio Caldeira; tradução de Frank Oliveira e Henrique Monteiro – São Paulo: Ed. 34 / Edusp. 2000

CARTA CAPITAL. **A formação de uma sociedade do medo através da influência da mídia**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2014/12/12/a-formacao-de-uma-sociedade-do-medo-atraves-dainfluencia-da-midia/>> Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cidadania nos presídios**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios>>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. 2º ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: **Organização Mundial da Saúde**, 2002. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2019.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In. ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consenso**. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª edição, 2002.

MENEZES, Laís Luz de. **Ordem e disciplina, sentimentos e emoções: uma história da Penitenciária de Alcaçuz** / Laís Luz de Menezes. – 2016. 207 f.: il.

No Minuto.com. **Morte em Pium: comunidade fica revoltada com assassinato de universitário**. Disponível em: <<http://nominuto.com/noticias/policia/morte-em-pium-comunidade-fica-revoltada-com-assassinato-de-universitario/22909/>>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

PARK, R.E. **A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano** (1916) in: Velho, O (org) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Portal BO. **Primeiro diretor do presídio de Alcaçuz fala sobre o sistema prisional do Rio Grande do Norte e apresenta alguns caminhos para ressocialização.** Natal, 2011. Disponível em: <<http://portalbo.com/materia/Igor-Pipolo-penitenciarias-tem-que-receber-presos-ruims-e-soltar-uma-pessoa-boa/imprimir>>. Acesso em 15 de nov. de 2018.

Portal G1 – Rio Grande do Norte. **Um mês do massacre em Alcaçuz.** Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/2017/1-mes-do-massacre-em-alcacuz/>>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

QUEIROZ, Francineide Fernandes de; HUNKA, Maria de Lourdes de Azevedo. **Amão- de-obra utilizada na cidade hortigranjeira de Natal /** Francineide Fernandes de Queiroz; Maria de Lourdes de Azevedo Hunka. - Natal, RN, 1985. 44 f.: il.

SCHACHTER, S. **Violência urbana e urbanização da violência.** Disponível em: <<http://pavio.net/2014/05/25/a-violencia-urbana-e-a-urbanizacao-da-violencia/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). Mana, 11(2): 577- 591, 2005.

SOI. **Guia de Estudos do Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional – CDSI.** Simulação de Organizações Internacionais (SOI), 2018.

TELLES, Vera da Silva. “Introdução” In: **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

Tribuna do Norte. **Vizinhos levam vida pacata e afirmam que vivem em segurança.** Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vizinhos-levam-vida-pacata-e-afirmam-que-vivem-em-segurana-a/369759>>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

UOL. **Com 625 mil homicídios, Brasil bate recorde de mortes violentas.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/05/com-625-mil-homicidios-brasil-bate-recorde-de-mortes-violentas.htm>>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações.** Editora Cultrix, São Paulo, 1997.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005 [1943]. 390pp.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida** (1938) in: Velho, O. (org), op cit.